



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA – CCTCI**

REQUERIMENTO Nº DE 2021

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir a extinção dos Institutos Geológico, Botânico e Florestal, por meio da criação do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), no Estado de São Paulo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de discutir a extinção dos Institutos Geológico, Botânico e Florestal, por meio da criação do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), no Estado de São Paulo.

Para tanto, requeiro que sejam convidados os seguintes participantes:

Carlos Bocuhy - Instituto de Proteção Ambiental - PROAM

Flávia Noronha Dutra Ribeiro - Universidade de São Paulo



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210744115200>



João Paulo Feijão Teixeira - Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo - APqC

Gustavo Armani - Instituto Geológico

Helena Dutra Lutgens - Instituto Florestal

Inês Cordeiro - Instituto de Botânica

JUSTIFICAÇÃO

Segundo artigo publicado em reconhecido veículo de jornalismo ambiental¹, está ocorrendo no Estado de São Paulo o que seria um inaceitável processo de extinção de importantes institutos de pesquisa no setor ambiental, com longo histórico de serviços prestados à ciência e preservação de áreas protegidas, não somente para SP, mas para todo o Brasil. De acordo com o texto, sempre sob o pretexto da “modernização” e, principalmente, da economia de recursos, o governo local anuncia a criação de um “novo instituto” (o IPA), que seria erigido, em realidade, sobre os escombros de três renomadas instituições: os Institutos Geológico, Botânico e Florestal.

A exemplo do que ocorre no plano federal, o artigo menciona ainda que a área de pesquisa ambiental e preservação, em SP, vem sendo submetida a interesses outros, marcadamente do ramo imobiliário, principalmente a partir da gestão na secretaria estadual do meio ambiente do – ninguém menos – ex-ministro Ricardo Salles. Setores do agronegócio no estado, de maneira explícita, inclusive por meio de requerimentos no legislativo local, não escondem ataques permanentes a instituições como o Instituto Florestal, propondo sua simples extinção, tamanho incômodo com sua atuação.

Os Institutos Florestal, Geológico e de Botânica desenvolvem pesquisas de ponta, seus funcionários lutam bravamente pela

1 [https://www.oeco.org.br/colunas/a-inaceitavel-extincao-de-pesquisa-ambiental-em-sp/](https://www.oeco.org.br/colunas/a-inaceitavel-extincao-de-institutos-de-pesquisa-ambiental-em-sp/)



manutenção das atividades realizadas em prol do Meio Ambiente, apesar do desmonte estrutural e do esvaziamento dos quadros de funcionários nos últimos anos. Para além das questões de fundo, a extinção destes institutos e de criação do IPA que vem ocorrendo, à revelia da comunidade científica, pode incorrer em graves problemas administrativos, científicos e de manejo. O governo local, ainda, na contramão da evolução do conhecimento ambiental, propõe desvincular o manejo das áreas protegidas e a produção florestal da pesquisa científica.

Assim, novamente de acordo com o mencionado artigo, explicitando temática sobre a qual esta Comissão e seus membros não podem ficar alheios, vem sendo construída uma moção, por parlamentares das três esferas da federação, instituições pesquisadores com atuação reconhecida, solicitando “providências urgentes para a manutenção integral das atividades de pesquisa científica, da identidade dos Institutos de Botânica, Florestal e Geológico, de suas áreas experimentais e demais funções dessas históricas instituições, considerando sua importância como patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial, impedindo retrocessos em matéria ambiental, em observância da legalidade e do exercício da justiça”.

Pelo exposto, peço o apoio dos pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de 2021.

Deputado Federal Nilto Tatto

(PT/SP)

